



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS (LIP)

GRAU DE ADJETIVO:
FLEXÃO OU DERIVAÇÃO?

SIZUE YURI

Brasília
2011

SIZUE YURI

GRAU DE ADJETIVO:
FLEXÃO OU DERIVAÇÃO?

Monografia apresentada à disciplina *Seminário de Português* para obtenção parcial do grau de Bacharelado em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rozana Reigota Naves

Brasília

2011

À professora Rozana Reigota Naves,

Dedico este esforço do que em circunstâncias mais prolíferas poderia ser um ensaio.

Como simples sementes lançadas, sob a inspiração de virem a transformarem-se em árvores de fecundos frutos, reconheço que a semeadura amorosa de um mestre nem sempre alcança seus extremos desejos. Das ramas dessa frondosa árvore haverá brotos que não serão flores nem frutificarão. Mas a minha gratidão lhe servirá de estímulo para as muitas primaveras porvindouras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – COTEJO ENTRE GRAMÁTICAS	6
CAPÍTULO 2 – FLEXÃO E DERIVAÇÃO	11
2.1 Flexão	12
2.2 Derivação	13
2.3 Diacronia	14
2.4 Sincronia	15
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DA PESQUISA	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

A questão polêmica é a seguinte: a análise do grau representa o estudo derivacional das palavras dessa categoria e se expressa por mecanismo sintático ou é uma simples flexão gradual do adjetivo?

A verdade é que a dúvida permanece até entre os lingüistas, que não são unânimes quando fazem a abordagem da categoria de grau do adjetivo.

Por isso, este trabalho tem o objetivo de discutir os conceitos e pontos de vista de gramáticos normativos e lingüistas para então fazer comparações entre eles e tentar chegar a um consenso a respeito do grau desta classe gramatical, ou seja, se é um processo derivacional ou flexional.

A complexidade do assunto é enfrentada neste trabalho por meio de cotejos e pontos de vistas de lingüistas e gramáticos. Para tanto, divide-se o trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo trata dos fundamentos teóricos sobre o grau de adjetivo nas principais gramáticas, incluindo considerações básicas sobre o posicionamento adotado por elas na questão da flexão do adjetivo.

O segundo capítulo trata das definições dos mecanismos flexão e derivação da lingüística, focando na descrição crítica desses mecanismos.

O terceiro capítulo refere-se à análise da pesquisa.

Por fim, nas considerações finais faz-se uma advertência para que a pesquisa sobre o assunto continue para não haver confusões nas gramáticas e no ensino da língua portuguesa.

CAPÍTULO 1 – COTEJO ENTRE GRAMÁTICAS

De acordo com Cegalla (2005) e Almeida (1992), os adjetivos, assim como os substantivos, flexionam-se em *gênero*, *número* e *grau*, sendo que, em relação aos substantivos, a flexão de grau se manifesta como aumentativo e diminutivo, e, quanto aos adjetivos, como comparativo e superlativo.

Para os autores, o grau comparativo é dividido em três espécies: *igualdade*, que é quando o adjetivo exprime a qualidade em relação a outras coisas que também tenham a qualidade em porção *igual* (“Paulo é tão esforçado como João”); *superioridade*, que é em porção *maior* (“Paulo é mais esforçado do que João”); *inferioridade*, que é em porção *menor* (“Paulo é menos esforçado do que João”).

Para os comparativos de superioridade, que são derivados do latim, os adjetivos *bom*, *mau*, *grande* e *pequeno* possuem formas sintéticas. Então, “mais bom, mais mau, mais grande e mais pequeno” passam a ser respectivamente, *melhor*, *pior*, *maior* e *menor*.

No caso de comparação de duas qualidades, o correto é empregar a forma analítica, como nos exemplos “A aluna é mais grande do que pequena.” e “O aluno é mais bom do que mau.”.

Existem alguns adjetivos com sufixo “or”, originados de comparativos latinos, que em português perderam força e atualmente são utilizados como substantivos. São os adjetivos *interior* (mais para dentro), *exterior* (mais para fora), *anterior* (mais para perto, cá) e *ulterior* (mais para lá).

- **IGUALDADE:** é o que põe em paridade de condições duas qualidades. Obtém-se usando as palavras “tão” e “como” ou “tanto” e “quanto”.

Ex.: “O aluno é tão (advérbio) generoso (adjetivo) como (termo da comparação) o professor.”

- **SUPERIORIDADE:** é quando, no comparar dois seres, atribui-se a qualidade mais a um do que a outro. Obtém-se empregando as palavras “mais... do que”.

Ex.: “O aluno é mais (advérbio) generoso (adjetivo) do que (termo da comparação) o professor.” (analítico) / “O café está pior(mais mau) do que o chá.” (sintético)

Ou ao atribuir duas qualidades a um mesmo ser, revela-se a existência de uma das qualidades em maior grau que a outra. Ex: “Ele é mais generoso que simpático.”

- INFERIORIDADE: É quando se põe em posição inferior um dentre os dois elementos comparados. Obtém-se com o auxílio das palavras “menos... que”.

Ex.: “O professor é menos generoso que o aluno.”

- Ou quando ao atribuir duas qualidades a um mesmo ser, revela-se a existência de uma das qualidades em menor grau que a outra.

Ex.: “O professor é menos generoso que simpático.” (ALMEIDA, 1992, p.148)

Segundo Almeida (1992), não há problema algum em utilizar a partícula “que” nos comparativos de superioridade e de inferioridade em vez de “do que”:

É infundado dizer que o emprego da partícula *que*, em vez de *do que*, nos comparativos de superioridade e de inferioridade, constitui galicismo; é maneira mais aproximada do latim e tão certa quanto a segunda. (ALMEIDA, 1992, p. 148)

Já o grau superlativo é dividido em duas espécies: *grau superlativo absoluto*, que é quando o superlativo modifica a coisa expressa pelo substantivo, sem fazer nenhuma referência a outra coisa congênere, como em: “A torre é muito alta.” (chamado, pela sua forma, de superlativo absoluto analítico) ou “A torre é altíssima.” (chamado, pela sua forma, de superlativo absoluto sintético); a outra espécie se denomina *grau superlativo relativo*, que é quando o superlativo, além de atribuir a certa coisa uma qualidade no grau sumo, põe em relação essa coisa com outras congêneres, como em: “João é o mais alto de todos.” ou “Paulo é o menos alto de todos nós.”.

O superlativo divide-se em relativo e absoluto.

- a) O superlativo relativo, além de atribuir a certa coisa uma qualidade no grau máximo, põe em relação essa coisa com outras similares. O superlativo relativo se processa normalmente de forma analítica com a anteposição do artigo definido ao comparativo do adjetivo e pode ser de:

- Superioridade: a partir do uso de “o mais...do”.

Ex.: “Júlia é a mais generosa dos meus irmãos.”

- Inferioridade: obtém-se com o uso de “o menos...de”.

Ex.: “João é o menos generoso dos meus irmãos.”

- b) O superlativo absoluto é quando se modifica a coisa expressa pelo substantivo, sem fazer nenhuma referência a outra coisa similar, e pode ser:

- Analítico: formado com o uso de advérbios como “muito”, “bastante”.

Ex.: “A mulher é muito poderosa.”

- Sintético, formado com os sufixos latinos como “íssimo”, “érrimo”, “imo”.

Ex.: “A mulher é poderosíssima.” (ALMEIDA, 1992, p. 154)

Embora Almeida (1992) afirme que o superlativo de pronomes adjetivos como “muitíssimo” e “tantíssimo” sejam incompreensíveis porque não comportam variação gradual como adjetivos, essas variedades, ainda que coloquiais, já estão difundidas, disseminadas e legitimadas coletivamente. Assim também como o super, que é a superlativização na linguagem dos jovens. O super é um misto de prefixo e advérbio de intensidade e é bem aceito entre os jovens de todas as idades e sem distinção de classe social:

Só os adjetivos são suscetíveis de grau superlativo, pois só eles encerram idéia de qualidade, que pode ser elevada em sua significação. Daí a razão por que são incompreensíveis superlativos como muitíssimo, tantíssimo. O pronome adjetivo não comporta variação gradual. Pelo mesmo motivo, condenada é a expressão “coisíssima nenhuma”, tolerada apenas em linguagem caseira, porquanto, se nem o pronome adjetivo é suscetível de grau, muito menos se poderão empregar no superlativo os substantivos. (ALMEIDA, 1992, p. 147)

Segundo Lima (1998), ‘desinência’ é o morfema indicativo das flexões das palavras e das variações por que elas passam para expressar categorias gramaticais de gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural). Isto é, para o adjetivo “belíssimo”, por exemplo, o gramático não define o sufixo ÍSSIMO como uma flexão, e sim o denomina como “terminação geral do superlativo absoluto sintético”.

Para o autor, em uma frase como “Tião mora em uma belíssima casa no fim da rua.”, a concordância dos determinados se dá com o gênero do adjetivo *belíssimo* e não com o grau dele. O mesmo acontece com a frase “Leonardo é um competentíssimo jogador de bola.”, em que não se encontra a concordância dos determinantes com o grau do adjetivo. O grau do adjetivo não pode ser considerado como um mecanismo lingüístico de flexão, pois não apresenta regras sintáticas de concordância. Portanto, o grau sintético do substantivo e do adjetivo insere-se no processo de derivação sufixal. “Assim como há sufixos nominalizadores (-ção, -mento, -agem, -ada, -ância, etc.), sufixos substantivais deadjetivais (-eza, -ura, -idade, -ice, -itude, etc.), e sufixos que dão a idéia de reunião, coleção(-ada, -agem, -ama, -aria, --al, etc.), a língua apresenta também sufixos avaliativos (-inho, -ucho, -aço, -orra, -ote, -eco, -ão, -ito, -íssimo, -érrimo, etc.).” (LIMA, 1998, p. 225).

Segundo Lima (1998), a questão da caracterização do grau leva em consideração fatores emotivos e afetivos, ou seja, ele entende que os nomes não recebem flexão de grau e sim um acréscimo sufixal.

Para ele, sincronicamente, a gradação do adjetivo é um mecanismo linguístico sujeito a regras morfológicas e não sintáticas. O sufixo no grau do adjetivo é avaliativo, pois o grau manifestado por um processo morfológico revela uma emotividade e os sufixos avaliativos podem ser subjetivos e valorativos.

O superlativo sintético forma-se mediante acréscimo, ao radical do adjetivo, das terminações *íssimo*, *limo* ou *rimo*, terminações provindas da forma latina *timo*, que ainda se conserva em *íntimo* (lat. *Intimus* = extremamente profundo). *Íssimo* proveio de *timo* mediante abrandamento do *t* em *s*, aparecendo antes a terminação *is*, incremento latino que finaliza a forma positiva: *legalis* + *simo*, *familiaris* + *simo*. *Limo* e *rimo* provieram de *simo*, mediante assimilação progressiva do *s* em *l* (*facilísimo-facillísimo*) em *r*: *salubersimo-salubérrimo*. (ALMEIDA, 1992, p. 151)

Para muitos adjetivos, o superlativo é tirado do superlativo latino, assim como, *bem* se transformou em *ótimo*, que se transformou em *boníssimo*.

Na questão das observações finais sobre a flexão gradual, Almeida (1992) explica que, não considerando as formas latinas do comparativo de superioridade de *bom*, *mau*, *grande* e *pequeno*, flexão, de verdade, há apenas no superlativo absoluto sintético, como: *docíssimo*, *fragilíssimo*, *agílimo* e *macérrimo*, mediante as flexões *íssimo*, *limo* ou *rimo*.

Neste quesito é da mesma idéia o gramático Azeredo (2008), que afirma que como mecanismo morfológico, o grau do adjetivo restringe-se à formação do superlativo absoluto sintético, mediante o acréscimo do sufixo *-íssimo* ou de suas variantes *-érrimo* e *-imo* à forma do adjetivo. Porque para Azeredo (2008), o fato é de um uso restrito à variedade culta formal e ultraformal da língua, como *belíssima*, *larguíssimo*, *paupérrimo*, *nigérrimo*. Ele ainda declara que a variedade coloquial faz amplo uso dos sufixos *-ão* e *-inho* como *bonitão*, *fininho* e que na linguagem do jovem a superlativação é expressa por meio de *super*, que é misto de prefixo e advérbio de intensidade como, *superlegal*, *supertranquilo*.

Para Cegalla (2005), há outras formas de superlativo absoluto, que permite superlativar a idéia contida no adjetivo, por meio de certos prefixos como: “garota supersimpática”, “nave ultra-rápida”, “temperamento hipersensível”; com a repetição do adjetivo como: “Ela era linda, linda!”; com a flexão diminutiva do adjetivo como: “A igreja ficou cheinha.”; e com a flexão aumentativa do adjetivo como: “boi grandão”.

O autor ainda faz uma observação de que certos adjetivos não comportam as variações de grau, como por exemplo, *seguinte, mortal, eterno, onipotente, celeste, mensal e anual*.

Para Bechara (2004), a questão do grau em português se expressa por mecanismo sintático ou derivacional, porque a gradação em português não constitui um processo gramatical e então deve ser excluído da descrição como tal, do mesmo jeito que as gramáticas de outras línguas românicas. Bechara (2004) acrescenta que o assunto de grau ainda aparece nas gramáticas porque este ainda o é contemplado pela NGB e reitera que a gradação em português, tanto no substantivo quanto no adjetivo, manifesta-se por sufixos derivacionais ou por procedimentos sintáticos e não morfológicos como o era em latim.

Para o autor, existem três tipos de grau de adjetivo, que são o positivo, comparativo e superlativo, quando se procede a estabelecer relações entre o que são ou se mostram duas ou mais pessoas.

Então o processo sintático da gradação do adjetivo na visão de Bechara (2004) é dividido em *positivo*, que não se constitui a rigor numa gradação, mas que enuncia meramente a qualidade, como no exemplo “O rapaz é cuidadoso.”; em *comparativo*, que compara qualidade entre dois ou mais seres, estabelecendo uma igualdade, uma superioridade ou uma inferioridade; por último em *superlativo*, que pode ressaltar, com vantagem ou desvantagem, a qualidade do ser em relação a outros seres.

Como há dois tipos de superlativo (relativo e absoluto), o autor explica que para se formar o superlativo relativo, segue-se o mesmo raciocínio do comparativo de superioridade ou inferioridade antecedido sempre do artigo definido e seguido de sintagma preposicional iniciado por *de* (*o* mais... *de* ou *o* menos... *de*) e para se formar o superlativo absoluto, a superioridade é ressaltada sem nenhuma relação com outros seres. Sendo que o superlativo absoluto pode se subdividir em analítico ou sintético. Daí forma-se o analítico com a anteposição de palavra intensiva como *muito, extremamente, extraordinariamente* ao adjetivo.

Por fim, somente para explicar o superlativo absoluto sintético é que se percebe o fato de exatamente aqui se explica o processo da gradação em português por sufixos derivacionais como *íssimo, érrimo e ílimo* acrescido cada um deles ao adjetivo na forma positiva.

CAPÍTULO 2 – FLEXÃO E DERIVAÇÃO

No dicionário de lingüística e gramática de Camara Jr. (2004), flexão deriva do verbo “flectir”, que significa fazer variar um vocábulo para nele expressar dadas categorias gramaticais. A flexão, para o autor, consiste, portanto, em aplicar um morfema ao vocábulo. Morfema este que pode ser aditivo, que é uma flexão externa ficando a variação fora do radical e morfemas subtrativo, alternativo e reduplicativo, que são flexões internas, ficando a variação dentro do radical. Em português, ainda para o autor, o mecanismo gramatical da flexão assenta fundamentalmente no morfema aditivo em seguida ao radical, ou seja, nos sufixos flexionais (desinências), do mesmo jeito que o mecanismo da derivação, assenta no sufixo lexical ou derivacional. E então, complementarmente, há a flexão interna da alternância. Os vocábulos sujeitos à flexão são variáveis ou flexionais, compreendendo os nomes e os verbos, sendo que as desinências de nome são para as categorias de gênero e número, já as desinências de verbo são modo-temporais (correspondendo às categorias de modo, tempo e complementarmente aspecto, e número-pessoais (categoria de pessoa no singular e no plural).

No mesmo dicionário, a palavra derivação significa que introduz uma idéia acessória na significação fundamental do vocábulo, como nos diminutivos. Significa também que introduz uma aplicação diferente na frase, como adjetivo em vez de substantivo como “formoso”, “de forma”, como substantivo de agente em vez de substantivo de objeto como “livreiro”, “de livro”.

Para Camara Jr. (2007) não devemos confundir sufixos flexionais (desinências) com os sufixos derivacionais, que são destinados a criar novos vocábulos.

FLEXÃO envolve o processo da concordância, da não-opcionalidade e da regularidade.

DERIVAÇÃO envolve o processo da não-concordância, da opcionalidade e da não-regularidade.

Segundo Camara Jr. (2007), a discussão a respeito do processo de flexão e derivação não é de agora, pois já vem de épocas remotas, desde Varão, renomado gramático latino na antiguidade clássica, que apresentou a distinção entre *derivatio voluntária* e *derivatio naturalis*:

Já o gramático latino Varrão (116 a.C _ 26 a.C.) distinguia entre o processo de *derivatio voluntária*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra. (CAMARA JR., 2007, p. 81)

Na língua portuguesa, os morfemas flexionais estão ligados a paradigmas coesos e com poucas variações. O traço característico para esses morfemas é a relação da concordância, decorrente da sua repetição nos vocábulos encadeados.

Na flexão, há sistematização coerente e obrigatoriedade, que são impostas pela própria natureza da frase. Já os morfemas gramaticais de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso. Ex.: belo, beleza, belíssimo e chique, chiquíssimo, chiquíssimo, chiquézimo. Há neles a possibilidade de opção: usar ou não o vocábulo derivado.

Certos adjetivos indicam, pela adição de um morfema, a qualidade elevada ao seu mais alto grau, como “Ela tinha um rosto belo” / “Ela tinha um rosto belíssimo”.

Acontece que muitas gramáticas da língua portuguesa definem o processo de indicar por meio de um morfema gramatical, adicionado ao adjetivo (nome), o alto grau da qualidade que expressam, como flexão de grau. Por exemplo, o adjetivo belo>belíssimo; fácil >facílimo. Porém, comparando com as supra citadas condições, não há obrigatoriedade no emprego dos adjetivos com esse sufixo de superlativo, pois é uma questão de estilo. E também não há uma sistematização coerente ou regularidade para todos os adjetivos como acontece com a flexão de número, gênero e verbo. Na verdade, o que sucede com os superlativos é uma derivação possível em muitos adjetivos. Vejamos agora na palavra de Câmara Jr. As incoerências da gramática tradicional sobre esta questão:

Em primeiro lugar, não há obrigatoriamente no emprego do adjetivo com esse sufixo de superlativo, ou grau intenso. É a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal. Ou, antes, trata-se de um uso muito espaçado e esporádico, em regra, e de tal sorte que certa frequência nele logo parece abuso e excentricidade. Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos ou pelo menos para uma classe formal bem definida, como sucede para a flexão de feminino com os adjetivos terminados em *_o*. Nenhum jogo de concordância, por outro lado, como há para o número e o gênero entre substantivo e adjetivo. (CAMARA JR., 2007, p. 82-83)

2.1 Flexão

- Regularidade

Os morfemas flexionais apresentam-se de modo regular e sistemático.

- Concordância

Os morfemas flexionais são exigidos pela natureza da frase.

- Não-opcionalidade

Os morfemas flexionais não dependem da vontade do falante para serem usados.

Ex: “A casa é bela; As casas são belas; O casarão é belo”

2.2 Derivação

- Irregularidade

Os morfemas derivacionais apresentam-se de modo irregular e assistemático.

- Não concordância

Os morfemas derivacionais não são exigidos pela natureza da frase.

- Opcionalidade

Os morfemas derivacionais são mero estilo e depende da vontade do falante; ele usa ou não de acordo com a sua escolha.

Ex.: “A casa é bela; A casa é belíssima.”

Portanto, a principal diferença entre o mecanismo de flexão e derivação na lingüística está no fato de a derivação não constituir um processo obrigatório e sistemático para o léxico, como se pode conferir na passagem do livro de Câmara Jr. (2007):

Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De cantar, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. (CAMARA JR., 2007, p. 81)

Por essa citação, vê-se que não há, realmente, na língua nomes derivados para todos os verbos, ou quando há os processos são dados de várias maneiras. E também não há diminutivos ou aumentativos correspondentes para todos os substantivos. E se há formas aumentativas ou diminutivas, fica ao critério do falante o seu uso.

No aspecto do mecanismo da flexão, Camara Jr. (2007) ratifica que existe, ao contrário da derivação, uma obrigatoriedade e sistematicidade impostas pela natureza da frase. E não fica a critério ou escolha do falante o uso do verbo no futuro ou um substantivo no plural ou no singular, porque a natureza da frase obriga tal uso.

Os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Na língua portuguesa há ainda outro traço característico para eles. É a “concordância”, decorrente na sua repetição, ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados. Há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre sujeito e o verbo, e depende da espécie de frase a escolha da forma temporal e modal do verbo. (CAMARA JR., 2007, p. 82)

2.3 Diacronia

Segundo Williams (2001), a substituição de formas do comparativo e do superlativo por um método analítico de comparação, originou-se do latim vulgar. As únicas formas que são recorrentes ainda no português são os comparativos irregulares. Ex.: melhor, pior, maior, menor.

Os superlativos *ótimo*, *máximo* e os acrescidos por sufixo “íssimo” são eruditos e derivados diretamente de formas latinas.

A inclusão do mecanismo de grau na flexão nominal decorreu da transposição de um aspecto da gramática latina para a portuguesa. Em latim, o sufixo “íssimo” pertencia a um complexo flexional ao lado de “ior”, terminações próprias dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a comparação entre dois termos, para marcar que aquele referente ao adjetivo marcado por tal sufixo era superior ao outro. Por exemplo, em latim, para o adjetivo ‘feliz’ ‘felix’ ‘feliks’ havia de modo coerente e obrigatório as formas ‘felicier’ e ‘felicissimus’, que se empregavam em situações bem determinadas, e sistematicamente com exclusividade, em lugar de ‘felix’, de maneira que em português só existe ‘feliz’.

A flexão para Almeida (1992) é a propriedade que certas classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome e verbo) têm de sofrer alteração na parte final. Ele considera que, com exceção das formas latinas de comparativo de superioridade de bom, mau, grande e pequeno, há flexão de verdade apenas no superlativo absoluto sintético, com as desinências “íssimo, limo ou rimo.”

Para Sandmann (1997), era um fato a riqueza flexional, tanto nominal quanto verbal. No latim, explica ele, substantivos, adjetivos e pronomes conhecem três gêneros. O adjetivo apresenta flexão de grau, traço condicionado por fatores morfológicos e sintáticos. Então, para expressar o grau comparativo de superioridade, o adjetivo recebia necessariamente a flexão – *ior* (*homo felicior Lupo* = o homem é mais feliz do que o lobo) e para expressar o superlativo relativo, a flexão *-issimus* (*homo felicissimus animalium* = o homem é o mais feliz dos animais). O latim conhece a flexão nominal de caso para o substantivo, adjetivo e pronome, e sua função é assinalar a função sintática dos sintagmas nominais na frase (sujeito, objeto direto, e outras). A flexão nominal de caso em latim destaca-se também para assumir características diferentes para gênero, número e conhece cinco grupos de declinações diversas que marcam os nomes. Daí se explica o fator que induziu os gramáticos tradicionais a considerarem em português também, os morfemas de grau como flexão, e ainda segundo o autor, a NGB considera até o morfema dos substantivos como flexão.

2.4 Sincronia

Segundo Basílio (2003), a função expressiva da linguagem é de grande importância na língua portuguesa, a começar pelo caso mais comum de processo morfológico que é o grau (formação de diminutivos, aumentativos e superlativos). Então, tanto o aumentativo como o diminutivo, em sua função central de indicar um tamanho maior ou menor, apresentam também uma função de expressar a atitude emocional e subjetiva do falante em relação ao tamanho do objeto dimensionado por ele. O caso é o mesmo quando se trata de superlativo (expressa intensidade numa qualidade designada pelo adjetivo), que exerce função expressiva quando sintético, em oposição ao superlativo analítico.

Ex.: “Antonio é muito belo.” / “Antonio é belíssimo.”

Mesmo o latinista Almeida (1992) acaba reconhecendo a contrariedade em denominar flexão o grau dos adjetivos, pois que do modo tradicionalmente explicado pela gramática tradicional não condiz com o estado atual da língua. Ele reconhece que *o adjetivo no grau comparativo* não sofre nenhuma flexão, permanecendo inflexível, pois a idéia de qualidade é reforçada pelo mero acréscimo do advérbio “muito” e não por meio de desinência ou flexão sufixal. Contraditoriamente, Almeida (1992) – mesmo admitindo o sentido pejorativo da

forma aumentativa e o significado carinhoso da forma diminutiva – afirma que são processos de flexões graduais. Ex.: bobo, bobão, bobinho.

Monteiro (1986) é da mesma idéia de Camara Jr. (2007), pois entende que só há flexão para os nomes de gênero e número, e que o grau de nome não constitui um processo flexional lingüístico, e sim derivacional, pois que sua formação dá se por mecanismos completamente distintos: acréscimos de sufixos ou de determinantes que alteram o sentido do nome.

Pela adjunção de sufixos, temos um processo morfológico, porém derivacional. Em vez de casa, se anexarmos sufixos, diremos casarão ou casinha. Os morfemas aditivos não são desinências, mas sufixos derivacionais. Através do emprego de adjetivos temos um processo puramente sintático. A forma do substantivo permanece sem nenhuma alteração. Para casa usamos o adjetivo grande ou pequena, sem que a palavra sofra flexão, embora expresse a noção de grau aumentativo ou diminutivo. (MONTEIRO, 1986, p. 65)

Ainda para o autor, os adjetivos têm o mesmo comportamento, já que também é pelos mecanismos derivacionais ou de construções de natureza sintática que se obtêm os graus de valor superlativo ou comparativo. Para ele, o grau de comparação, seja de igualdade, de inferioridade ou de superioridade, não apresenta diferença mórfica no adjetivo. E na questão do grau superlativo, pode ser obtido através do emprego de sufixos derivacionais ou por outros recursos de formação de palavras.

Segundo Camara Jr. (2007), os morfemas gramaticais de derivação não constituem um quadro regular, coerente e preciso. Por exemplo, nem todos os substantivos portugueses possuem um diminutivo correspondente, e os que existem podem ser ou não usados de acordo com o critério do falante. Já no caso da flexão, há sistematização coerente, e esse processo é imposto pela própria natureza da frase. Os sufixos flexionais são concatenados em modelos coesos e com o mínimo de variação. E uma marca característica deles é o fenômeno da concordância, por exemplo, de número, de gênero, de pessoa gramatical.

Portanto, sem essas condições, por mais que alguns gramáticos ainda insistam na nomenclatura flexão de grau do adjetivo, o processo é de derivação. “Em primeiro lugar, não há obrigatoriedade no emprego do adjetivo com esse sufixo de superlativo, ou grau intenso. É a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal.” (CAMARA JR., 2007, p. 82).

O processo de gradação não é flexional, pelo menos em português, pois não há um mecanismo obrigatório e coerente, e também não estabelece paradigmas considerados exaustivos e de termos exclusivos entre si.

Os sufixos flexionais ocorrem em poucos casos no português, como nos nomes, que são palavras suscetíveis das flexões de gênero e número.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DA PESQUISA

Ao longo da pesquisa, percebe-se que a explicação sobre o grau de adjetivo nas gramáticas normativas está confusa, quando alguns teóricos misturam o aspecto da flexão no mesmo compartimento dos chamados grau comparativo e superlativo relativo, pois somente o grau do adjetivo do superlativo absoluto sintético, mediante o acréscimo do sufixo *-íssimo* ou de outras variantes como *-érrimo* e *-imo* à forma do adjetivo, é que estaria sujeito à discussão ou à polêmica se a gradação do adjetivo é um mecanismo lingüístico flexional ou derivacional.

Ratifica-se esta análise no raciocínio de Sandmann (1997), que reclama da falta de distinção entre flexão, sufixação e recursos perifrásticos para indicar o gênero, o número e o grau superlativo e comparativo dos adjetivos, variantes flexionais do adjetivo, palavras derivadas, comparativos perifrásticos de igualdade, superioridade e inferioridade, superlativos relativos perifrásticos de superioridade e de inferioridade, superlativos absolutos analítico e sintético, enfim, afirmando o autor que são todas formas de expressão que cabem, para a NGB, tudo sob o mesmo título “flexão do adjetivo”.

Certamente que pelas pesquisas percebe-se também o interesse em rever as confusões das nomenclaturas, principalmente pelos lingüistas mais atuantes e atualizados, para corrigir e reparar os equívocos consagrados, como é o caso do mecanismo da flexão e da derivação na lingüística do português brasileiro, até mesmo pela NGB. Então já se encontram textos para contestar as idéias ultrapassadas (só fundamentadas diacronicamente) e esclarecer este processo da formação de palavras.

Encontra-se em Camara Jr. (2004, 2007), Monteiro (1986), Lima (1989) e Bechara (2004) a profundidade de análises e a convicção e o esclarecimento bem convincentes de que o grau não constitui um mecanismo flexional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade, a questão do grau de adjetivo é um assunto sem muitos segredos ou mistérios. O único empecilho é a polêmica que se ronda em torno da estrutura de alguns adjetivos que possuem os seus sufixos e não se tem a convicção de ser uma flexão ou derivação. Na condição de partirmos da palavra FLEXÃO pura e simplesmente, posicionaremos com a idéia de que um sufixo “íssimo” em “belíssimo” seria denominado como flexão. Mas, se for pensar de modo profundo e técnico se enquadraria como derivação, até porque o processo flexional não apresenta sistematização paradigmática.

Fica-se o embate entre a origem das nomenclaturas baseada no latim (diacronia) e a reflexão sincrônica, que se afasta do latim e se aproxima nos conceitos atuais da língua em uso.

Enfim, são questões que embora pareçam inócuas há que se ter um consenso para definir e ordená-las numa gramática para não deixar mais esta lacuna no nosso sistema formal da gramática.

É preciso rever, principalmente, junto à NGB o fato de o grau ser uma categoria contemplada como um processo gramatical e mais agravante ainda pelo fato de persistir na existência da flexão de grau.

REFERÊNCIAS

ALI, Manuel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMARA JR., J. Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAMARA JR., J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

LIMA, Carlos Henrique Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 30. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1998.

SANDMANN, Antônio J. **Morfologia Geral**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Retomando a discussão: grau – flexão x grau – derivação**. 2001. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/16/retomando%20a%20discuss%C3%A3o%20grau%20flex%C3%A3o%20grau%20deriva%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

WILLIAMS, Edwin B. **Do Latim ao Português**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.